Quartel da Praça da Polícia (I) (Roberto Mendonça)

O roteiro acerca da existência do Quartel da Praça da Polícia pode ser elaborado a partir de notícias extraídas dos relatórios provinciais: a forma de sua aquisição, a listagem dos vários reparos e, por complemento em outras fontes, descrever outras providências, tal como a presente situação - tombado pelo patrimônio histórico, porém marcado para perder a particularidade centenária de aquartelamento. Assim, a primeira notação vem de José Coelho da Gama e Abreu, presidente da Província (1867-1868), que alude à compra de um prédio em construção de propriedade do capitão (da Guarda Nacional) Custódio Pires Garcia - o Palacete Garcia. Situado na rua Espirito Santo, hoje Dr. Moreira, se estendia para o "aterro" (desta maneira denominado, devido ao esforço em se soterrar o igarapé existente nas imediações), atual avenida Floriano Peixoto. Destino da edificação: abrigar a tesouraria provincial, e preço da ocasião: 12 contos de réis!

O antigo Palacete Provincial fora construído em único bloco; o correspondente à edificação original abriga, em nossos dias, no térreo os museus Tiradentes e de Numismática e, no superior, um auditório. Por ocasião da substituição do telhado, realizada em 1993, foi possível constatar esta propriedade, devidamente retratada pela empresa construtora. Sua construção data provavelmente do início da década de 1860. E deve ser incluído entre as edificações mais antigas da Cidade, mesmo que tenha sido ampliado e ampliado sem muitos critérios, ainda assim mantém as particularidades fundamentais.

O entusiasmo presidencial pela aquisição, ante o "*maior andamento*" da obra, é compreensível. O presidente provincial João Wilkens de Matos, todavia, em Relatório de 25/03/1870, anuncia a suspensão da obra por "*falta de tempo, e de operário e mesmo pela carestia dos materiais*", e adita, pela pouca urgência do prédio diante de outros de mais interesse público. Em dezembro do mesmo ano, o diretor de Obras Públicas, Luís Martins da Silva Coutinho, relataria que o edifício se encontra "*em condições de receber a cobertura*", para tanto, já havia madeira bastante "*para este fim*" e para o vigamento do teto do segundo andar.

Em março de 1871, o coronel José de Miranda da Silva Reis, presidente da Província (1870-72), sustenta em *Relatório* ter suspendido os trabalhos de construção do Palacete Provincial, sua nova denominação, "*por ter se transformado em sorvedouro de numerário*". Apenas em 1873, Domingos Monteiro Peixoto, igualmente presidente da Província (1873-75), reconhece que a conclusão do imóvel traria benefícios ao operário público, por entender que poderia abrigar mais de uma das repartições provinciais, "*pelas quais*

paga-se excessivos alugueis". Assim, dispõe pela Portaria de 19.10.1873 o prosseguimento da edificação, sendo contratante, o tenente coronel (da Guarda Nacional) João José de Freitas Guimarães, pelo valor de 50:000$766 réis. A despeito do interesse presidencial, a obra evoluiu com embaraços, devido a deficiência de materiais de construção e outros empecilhos próprios da época.

Em 25 de março de 1874, relata Domingos Monteiro Peixoto, presidente da Província, "*acha-se concluído este próprio provincial*". São, portanto, mais de doze décadas abrigando repartições públicas; as primeiras foram o Liceu, a Biblioteca Pública, a Assembléia Provincial e a Repartição de Obras Públicas. A mais destacada, pelo longo tempo de ocupação, capaz de cunhar-lhe novo epíteto, foi a Polícia Militar. E, remata o presidente Peixoto, no primeiro semestre do exercício atual, a despesa total feita com este prédio foi de 20:288$200 (leia-se: vinte contos, duzentos e oitenta e oito mil e duzentos réis). Em 28 de fevereiro de 1875, ocorreu a inauguração do Palacete Provincial, conforme assinala o diretor das obras públicas, coronel engenheiro Joaquim Leovegildo de Sousa Coelho, em exposição ao presidente da Província.

O ano de 1876 foi notável para a Instituição. Em fevereiro, nos conta em Relatório o presidente Antônio dos Passos Miranda, o Palacete recebeu "*as bandeiras e trancas de ferro nas janelas e portas*". Este mesmo presidente, em 3 de maio, restabelece a Guarda Policial do Amazonas, pois até esta data, submetido aos reclamos financeiros da presidência, não existia uma corporação policial capaz de assegurar o bem estar social, de auxiliar o poder judiciário e aplicar as normas de conduta que a convivência dos cidadãos no dia-a-dia reclama. Ainda, para tornar mais faustoso este ano, em 11 de julho, foi instalado o Serviço de Extinção de Incêndios, que se projetou pelo tempo e, atualmente, forma o Corpo de Bombeiros Militar.

O edificio então era conhecido por Palacete Provincial ou, unicamente, Palacete. Decerto dominava a Cidade, a despeito de sua modesta arquitetura, pois "*é evidente sua ligação com uma tradição colonial, lembrando bastante as construções típicas de casa da Câmara e Cadeia, erguidas em todo o país durante aquele período*". A reflexão é de Otoni Mesquita, em obra de mestrado acerca da "Belle Époque Manauara", que desta maneira fundamenta: "*apresenta frontão curvo, e no entanto a utilização da platibanda revela uma característica neoclássica*". Otoni finaliza, revelando que, "*Na realidade, este prédio fora projetado para possuir tres pavimentos; mas, por questão de segurança o terceiro foi demolido*". (...) "*Suas envasaduras são todas em arco pleno e estabelecem um ritmo estável entre os cheios e vazios, mas não conseguem quebrar a monotonia e a simplicidade da fachada*". Aqui alongo a observação do mestre, ainda não haviam sido construídos os prédios do Ginásio Amazonense, da igreja Matriz e muito menos do Teatro Amazonas.

Na noite de 28 de julho, foi realizado o Baile de Gala promovido pela colônia maranhense, em regozijo a data comemorativa da adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Era presidente da Província, empossado em 26 de junho, o maranhense Domingos Jacy Monteiro, formado em "Ciências Sociais e Jurídicas" pela Faculdade de Direito do Recife. O baile foi um esplendor,

narram os cronistas da época, realizado nas salas do primeiro andar, onde funcionava a Assembléia Provincial. Desde a data acima até a Proclamação da República, o Palacete ainda passou por duas reformas: a primeira em 1880, e a segunda, quatro anos depois, "*sofrendo alterações e acréscimos e servindo de sede a inúmeros órgãos públicos*", confere Antônio Loureiro, in "Manaus na Era Imperial".

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura